Jornal Panfletu's

www.jornalpanfletus.com.br

Jornalismo Verdade

Desde agosto de 2001 - Número 1.130 - 05/11/2026 a 12/11/2026 - Dist.Gratuita - Contato: (31)98578-4257 (Ângelo) / (31)98632-8731 (Leticia) / (31) 98880-3046 (Cassiano)

Mariana | Catas Altas | Santa Bárbara | Ouro Preto | Itabirito

@jornalpanfletus /JornalPanfletus

IGC
Imobiliária Geraldo Carvalho Ltda.
PJ nº 4732
(31) 3557-2004
99961-3043
98484-9353
Imóveis em Mariana, OP e Região!
Endereço: Av. Manoel Leandro Corrêa, 15 - Loja 9 -Centro - Mariana











Editorial, por Cassiano Aguilar / Editor Chefe / Jornalista 20.483/MG

Onze anos de Fundão: Mariana ainda espera que a reparação saia do papel e se transforme em justiça

O rompimento da barragem da Samarco destruiu comunidades, interrompeu histórias e deixou marcas profundas na Bacia do Rio Doce. Houve avanços em indenizações, reassentamentos e acordos, mas a reconstrução da dignidade das famílias atingidas continua sendo o maior desafio.

Em 5 de novembro de 2015, Mariana deixou de ser apenas uma referência histórica da mineração brasileira para se tornar o cenário de uma das maiores tragédias socioambientais da história mundial. O rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, na Mina de Germano, provocou uma devastação que ultrapassou as fronteiras do município, atingiu comunidades inteiras, comprometeu a Bacia do Rio Doce e levou 19 vidas.

Onze anos se passaram. A lama já não percorre os mesmos caminhos, mas suas consequências continuam presentes. Permanecem nas famílias que perderam seus entes queridos, nos moradores que tiveram suas casas destruídas, nas comunidades que precisaram abandonar suas origens e em uma população que ainda busca respostas, reparação e segurança para reconstruir o futuro.

Uma tragédia dessa dimensão não pode ser medida apenas pelo volume de rejeitos despejados, pelos prejuízos financeiros ou pela extensão territorial atingida. Sua verdadeira dimensão está nas vidas interrompidas, nas histórias apagadas e na ruptura de vínculos sociais, culturais e econômicos construídos ao longo de gerações.

É preciso reconhecer que houve avanços. Os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo avançaram, novas moradias e equipamentos comunitários foram construídos, programas de indenização alcançaram milhares de pessoas e a repactuação do acordo de reparação, em 2024, estabeleceu novas obrigações e recursos para enfrentar os danos provocados pelo desastre. São medidas importantes, que representam conquistas em um processo marcado por anos de conflitos, negociações e disputas judiciais.

Entretanto, reconhecer avanços não significa ignorar as pendências. A conclusão de obras não encerra automaticamente a reparação. Uma comunidade não se resume a ruas pavimentadas, casas construídas e equipamentos públicos inaugurados. Bento Rodrigues era um lugar de convivência, identidade, religiosidade, trabalho e pertencimento. Reconstruir sua estrutura física é fundamental, mas recuperar sua essência exige respeito à memória e à participação dos moradores.

O mesmo raciocínio vale para as indenizações. Os valores pagos representam uma obrigação de reparação, não um favor das empresas responsáveis. Quem perdeu sua casa, sua atividade econômica, seu



patrimônio ou sua referência familiar tem direito a uma resposta efetiva. O processo não pode ser conduzido pela lógica de que o pagamento de determinada quantia encerra todas as responsabilidades.

Também é necessário reconhecer os avanços institucionais e judiciais. A repactuação de 2024, homologada pelo Supremo Tribunal Federal, estabeleceu um novo modelo de reparação, com previsão de R$ 170 bilhões. Em 2026, a decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região que condenou a Samarco e três ex-gerentes representou outro marco no percurso de responsabilização pelo desastre. São acontecimentos relevantes, mas que precisam produzir consequências concretas e duradouras.

Na dimensão ambiental, a cobrança deve ser ainda mais rigorosa. O Rio Doce não pode ser considerado recuperado simplesmente porque existem programas de monitoramento e projetos de restauração em andamento. É indispensável demonstrar resultados, garantir transparência nos dados e assegurar acompanhamento independente da qualidade da água, dos ecossistemas e das áreas atingidas. A recuperação ambiental é um processo de longo prazo e não admite atalhos institucionais ou publicitários.

Mariana também precisa olhar para o futuro. A tragédia expôs a vulnerabilidade de uma economia historicamente dependente da mineração. A atividade tem importância para a geração de empregos, arrecadação e desenvolvimento regional, mas não pode continuar sendo tratada como única alternativa econômica. Diversificar a economia, fortalecer o comércio, estimular o turismo, apoiar a agricultura, investir em educação e ampliar oportunidades de trabalho são medidas fundamentais para que o município não permaneça refém de um único setor.

Nesse contexto, o poder público municipal tem papel estratégico. Prefeitura, Câmara de Vereadores, entidades empresariais e sociedade civil precisam acompanhar a execução dos compromissos, fiscalizar a aplicação dos recursos e cobrar que os investimentos contribuam para melhorar a vida da população. Mariana não pode ser apenas o território onde ocorreu a tragédia ou o município que recebe recursos de reparação. Precisa ser protagonista de sua própria reconstrução.

Há, portanto, uma diferença fundamental entre reparar financeiramente os danos e reconstruir a confiança da sociedade. A primeira exige recursos, projetos e obrigações contratuais. A segunda depende de transparência, responsabilidade, participação popular e cumprimento integral dos compromissos assumidos.

Onze anos depois, não é razoável que famílias ainda precisem enfrentar incertezas sobre seus direitos, que comunidades continuem discutindo pendências patrimoniais e que a recuperação ambiental permaneça cercada de questionamentos. O tempo transcorrido não pode ser utilizado como justificativa para a lentidão. Ao contrário, deveria representar uma cobrança ainda maior por resultados.

A Samarco e suas acionistas, Vale e BHP, têm responsabilidades que não desaparecem com a assinatura de acordos ou a divulgação de balanços positivos. Da mesma forma, os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e pelo acompanhamento da reparação precisam demonstrar que estão cumprindo suas atribuições.

Neste 5 de novembro, a homenagem às 19 vítimas deve estar acima de discursos protocolares. A memória de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e das demais comunidades atingidas precisa orientar as decisões do presente e as escolhas do futuro.

Onze anos depois, Mariana não precisa apenas de promessas, anúncios de investimentos e números expressivos. Precisa de justiça, reparação integral, recuperação ambiental e desenvolvimento que alcance as pessoas.

A tragédia de Fundão não pode ser lembrada somente pelo que destruiu em 2015, mas também pela responsabilidade que impôs às gerações seguintes. Os avanços devem ser reconhecidos, as falhas precisam ser corrigidas e os compromissos devem ser cumpridos.

Portanto, a lama passou. A história permanece. E a dívida com Mariana e suas comunidades ainda não pode ser considerada quitada.

QUANDO AS FERIDAS DO PASSADO SE TRANSFORMAM EM ÓDIO



Dr. René Dentz

René Dentz é psicanalista, professor da PUC Minas e da Fupac-Mariana, PhD pela Universidade de Fribourg, na Suíça e escritor. Atua clinicamente com escuta psicanalítica e reflexão sobre sofrimento, vínculos e sentido da vida contemporânea. É comentarista da Rádio Itatiaia e palestrante nas áreas de saúde mental, ética e espiritualidade.

Nem todo ódio nasce de uma convicção. Muitas vezes, nasce de uma ferida. Por trás de discursos agressivos, atitudes intolerantes e da necessidade permanente de atacar o outro, podem existir histórias de humilhação, rejeição, abandono e sofrimento que nunca encontraram um caminho de elaboração. O passado não desaparece simplesmente porque o tempo passou. Algumas experiências continuam vivendo dentro de nós, determinando a maneira como enxergamos o mundo.

A psicanálise nos ensina que aquilo que não conseguimos elaborar pode retornar de diferentes maneiras. Freud demonstrou que o sofrimento psíquico não respeita a cronologia dos acontecimentos. Uma experiência da infância pode continuar produzindo efeitos décadas depois. O sujeito cresce, envelhece, constrói relações, mas permanece emocionalmente ligado a uma ferida que nunca conseguiu compreender.

É nesse terreno que frequentemente se desenvolve o ressentimento. Diferentemente da indignação diante de uma injustiça, o ressentimento transforma a dor em uma espécie de identidade. A pessoa passa a organizar sua existência em torno daquilo que sofreu. Precisa encontrar culpados, alimentar acusações e manter viva a sensação de ter sido injustiçada. O sofrimento deixa de ser apenas uma experiência e passa a funcionar como uma maneira de estar no mundo.

Nietzsche percebeu que o ressentimento pode produzir uma inversão perigosa: quem não consegue transformar sua própria realidade passa a encontrar satisfação na condenação dos outros. A hostilidade torna-se uma forma de compensação. O ódio oferece uma sensação momentânea de poder a quem se sente profundamente impotente.

Entretanto, compreender as origens psíquicas do ódio não significa justificá-lo. Nem toda pessoa traumatizada se torna agressiva, assim como nenhuma experiência dolorosa autoriza a violência contra os outros.

O problema ganha proporções ainda maiores quando ressentimentos individuais encontram discursos políticos e religiosos dispostos a explorá-los. Pessoas frustradas, humilhadas ou inseguras podem encontrar em determinados líderes a promessa de recuperar uma grandeza perdida. O inimigo passa a ter nome, rosto, religião, orientação sexual ou posição política. E a complexidade da vida é substituída pela facilidade de odiar. O mais preocupante é que o ressentimento raramente oferece aquilo que promete. A vingança não devolve a infância perdida, a humilhação pública não repara o abandono e a destruição do outro não reconstrói uma identidade ferida.

Na experiência clínica, percebemos que elaborar o sofrimento não significa negar a violência recebida, muito menos exigir reconciliações impossíveis. Significa construir uma relação diferente com a própria história. É reconhecer que aquilo que nos aconteceu pode explicar parte de nossas reações, mas não precisa determinar nosso destino.

Uma sociedade que não aprende a elaborar seus traumas corre o risco de transmiti-los como herança de ódio. E uma pessoa que transforma toda dor em ressentimento acaba entregando ao passado o controle de seu futuro. A liberdade começa quando deixamos de exigir que o mundo inteiro pague pelas feridas que carregamos.

Jornal Panfletu's LTDA — Expediente

Entre em contato com o Jornal Panfletu´s

- Cassiano Aguilar – Jornalista Responsável 20483/MG – (31) 98880-3046
- Leticia Aguilar – Designer e Diretora Administrativa (31) 98632-8731
- Ângelo Serafim – Diretor Fundador / Comercial (31) 98578-4257
- Anderson Ferreira Aguilar / Repórter
- Angelo Ferreira Aguilar / Repórter
- Matheus Ferreira C. Almeida / Comercial

- Av Manoel Leandro Corrêa - 347 B - Centro - Mariana – MG
- CNPJ:21.544.370/0001-60 - Fundado em 01/08/2001
- Contabilidade: CONTAD CONTABILIDADE

"O jornal Panfletu´s isenta-se de matérias devidamente assinadas"

Impressão: O TEMPO Serviços Gráficos

Ediraldo Ramos, o “Pinico”, recebe Menção Honrosa por atuação à frente da Câmara de Mariana

Presidente do Legislativo marianense foi reconhecido pela Associação Mineira das Câmaras Municipais (AMCM) com a distinção “Gestão Legislativa 2026”, em homenagem ao compromisso com o fortalecimento do Poder Legislativo e a defesa dos interesses da população.



O presidente da Câmara Municipal de Mariana, Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, carinhosamente conhecido como “Pinico”, recebeu a Menção Honrosa – Gestão Legislativa 2026, concedida pela Associação Mineira das Câmaras Municipais (AMCM), em reconhecimento à sua atuação à frente do Legislativo marianense.

A homenagem destaca o compromisso do parlamentar com o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal, além de sua dedicação a uma atuação responsável e representativa, voltada à defesa dos interesses da população e ao desenvolvimento do município.

A entrega da distinção ocorreu em Belo Horizonte, no dia 23 de outubro de 2026, e reconhece o trabalho desenvolvido por lideranças legislativas municipais em Minas Gerais.

À frente da Câmara de Mariana, Ediraldo Ramos tem a responsabilidade de conduzir os trabalhos parlamentares, coordenar as atividades da Casa e contribuir para o diálogo institucional entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade.

O reconhecimento da AMCM representa uma valorização da atuação institucional da Câmara Municipal de Mariana e do papel do Legislativo na construção de políticas públicas, na representação dos cidadãos e no fortalecimento da democracia local.

A Menção Honrosa – Gestão Legislativa 2026 reafirma a importância de uma atuação parlamentar comprometida com a população e com os desafios do desenvolvimento municipal.





transcotta

Novembro Azul

SAÚDE TAMBÉM
É COISA DE HOMEM



O Novembro Azul é um convite ao **cuidado, à prevenção e ao autoconhecimento.**

O câncer de próstata é um dos tipos mais comuns entre os homens, mas quando descoberto precocemente, as chances de tratamento e cura são muito maiores.

Faça exames regularmente.

Fique atento aos sinais.

Cuide da sua saúde e da sua qualidade de vida.

Converse com quem você confia e incentive outros homens a se cuidarem.

Prevenção é atitude.
Cuide de você hoje para seguir mais longe.

HOMEM QUE SE CUIDA **VIVE MELHOR.**

NOSSO COMPROMISSO
É TE LEVAR MAIS LONGE,
SEMPRE COM VOCÊ.

Mariana inicia atendimentos de polissonografia para reduzir fila de espera

Parceria entre a Prefeitura e a Clínica Santana amplia o acesso ao exame, fundamental para diagnosticar distúrbios do sono, como a apneia. Beth será a primeira paciente atendida pelo convênio.

A Prefeitura de Mariana iniciou uma nova etapa de atendimento na área da saúde com a oferta de exames de polissonografia, por meio de uma parceria com a Clínica Santana. A iniciativa busca atender pacientes que aguardam pelo procedimento na rede pública municipal, com a meta de zerar a fila de espera.

O exame de polissonografia é fundamental para investigar e diagnosticar distúrbios do sono, entre eles a apneia, condição que pode comprometer a qualidade de vida e provocar impactos na saúde quando não identificada e tratada adequadamente.

A primeira paciente de Mariana a realizar o procedimento por meio do convênio será Beth, que foi acompanhada durante o início dessa nova etapa de atendimento. A iniciativa representa um avanço para pacientes que aguardam há bastante tempo pelo acesso ao exame.

A ampliação da oferta integra as ações da administração municipal voltadas à identificação das demandas da população e à busca de soluções para facilitar o acesso a exames e tratamentos especializados.

A parceria também foi destacada como resultado do diálogo entre o poder público e a iniciativa privada. A administração municipal agradeceu à equipe da Clínica Santana, especialmente a Alice, pela colaboração na implementação do atendimento.

Com a iniciativa, Mariana busca ampliar a assistência especializada e avançar na redução da demanda reprimida, garantindo melhores condições de acesso aos serviços de saúde para a população.





Ouro Preto realiza entrega do prêmio “Parabéns, Professor” nesta sexta-feira

Cerimônia acontece no dia 6 de novembro, às 10h, na Casa da Ópera, e celebra a dedicação, o compromisso e a contribuição dos profissionais da educação para o desenvolvimento do município.

A Prefeitura de Ouro Preto convida autoridades, profissionais da educação, familiares e toda a comunidade para a cerimônia de entrega do prêmio “Parabéns, Professor”, uma iniciativa que tem como objetivo reconhecer e valorizar os educadores que desempenham um papel fundamental na construção de uma educação de qualidade.

O evento será realizado no dia 6 de novembro, às 10h, na Casa da Ópera, em Ouro Preto, em um momento especial de celebração e reconhecimento aos profissionais que dedicam suas trajetórias à missão de ensinar, compartilhar conhecimentos e contribuir para a formação de cidadãos.

A premiação destaca a importância dos professores na transformação de vidas, na construção de oportunidades e no desenvolvimento social, cultural e humano do município. Por meio do trabalho diário nas salas de aula, esses profissionais ajudam a construir caminhos para uma sociedade mais justa, consciente e preparada para os desafios do futuro.

Mais do que uma homenagem, o prêmio “Parabéns, Professor” representa o reconhecimento público à dedicação, à responsabilidade e ao compromisso daqueles que fazem da educação um instrumento de transformação social.



A Prefeitura de Ouro Preto reforça o convite para que a comunidade participe desse momento de valorização dos profissionais que exercem uma das funções mais importantes para o futuro da sociedade.

Evento: Entrega do prêmio “Parabéns, Professor”

Data: 6 de novembro de 2026 (sexta-feira)
Horário: 10h
Local: Casa da Ópera – Ouro Preto (MG)





Vereador Ronaldo Bento solicita minuto de silêncio em memória das vítimas do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana

Durante reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada na quarta-feira (4), parlamentar pediu homenagem às 19 pessoas que morreram imediatamente na tragédia de 2015 e destacou que as consequências do desastre ainda atingem famílias e comunidades atingidas.



Foto: Débora Cristina Oliveira / Divulgação

A memória das vítimas do rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, em Mariana, foi lembrada durante a reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada na quarta-feira (4). Na ocasião, o vereador Ronaldo Bento solicitou aos parlamentares um minuto de silêncio em homenagem às 19 pessoas que morreram imediatamente em decorrência do desastre provocado pelo rompimento da estrutura da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP.

Durante sua manifestação, o vereador ressaltou a importância de preservar a memória das vítimas e manter o debate público sobre as consequências da tragédia, que completa 11 anos. O parlamentar também mencionou a implantação de um hospital universitário em Mariana como uma das iniciativas previstas no contexto dos acordos de reparação relacionados ao rompimento.

Ronaldo Bento destacou que a passagem dos anos não pode representar o esquecimento do episódio, especialmente diante das famílias que ainda aguardam respostas e a efetivação de medidas de reparação pelos danos sofridos.

“Eu solicito um minuto de silêncio para que essa data não passe mais um ano ao léu. Muitas famílias ainda se encontram desalojadas, aguardando que as empresas responsáveis estejam saldando as suas dívidas. Essa ferida jamais será apagada”, declarou o vereador.

O pedido de homenagem também reforça a necessidade de manter viva a lembrança das vítimas e acompanhar os desdobramentos dos compromissos assumidos pelas empresas responsáveis e pelas instituições envolvidas no processo de reparação.

O rompimento da Barragem de Fundão provocou uma das maiores tragédias socioambientais da história do Brasil, atingindo comunidades, rios, ecossistemas e milhares de pessoas ao longo da bacia do Rio Doce. Onze anos depois, a memória das vítimas permanece como um marco de responsabilidade, justiça e prevenção, diante da necessidade de garantir que acontecimentos dessa dimensão jamais se repitam.

Nova Carteira de Identidade Nacional já pode ser solicitada pelo celular; veja como emitir o documento

CIN substitui o antigo RG, utiliza o CPF como número único de identificação e conta com recursos de segurança digital. Em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, há opção de recebimento pelos Correios, conforme as regras de cada estado.

Os brasileiros já podem iniciar, pela internet e utilizando o celular, os procedimentos para emissão da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN), documento que substitui gradualmente o antigo Registro Geral (RG). A iniciativa faz parte do processo de modernização da identificação civil no país e busca unificar os registros dos cidadãos em todo o território nacional.

Uma das principais mudanças é a adoção do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número único de identificação. Com isso, cada cidadão passa a ter uma identificação padronizada, tanto na versão física quanto na digital, evitando a multiplicidade de números de RG emitidos por diferentes estados.

A nova carteira também incorpora mecanismos tecnológicos de segurança, como o QR Code, que permite verificar a autenticidade do documento e consultar informações de identificação. O modelo segue padrões internacionais e tem como objetivos dificultar fraudes, aumentar a confiabilidade dos registros e facilitar a identificação dos brasileiros.

De acordo com a legislação federal, o antigo RG continuará válido até 28 de fevereiro de 2032. A substituição será realizada gradualmente, permitindo que a população faça a atualização dentro do prazo estabelecido, sem necessidade de troca imediata.



Como solicitar a nova Carteira de Identidade Nacional?

Embora o documento siga um padrão nacional, os procedimentos para solicitação, agendamento, atendimento e entrega são definidos pelos órgãos de identificação de cada estado.

Em grande parte do país, o cidadão pode iniciar o processo pelo celular ou computador, acessando o portal oficial do órgão estadual responsável pela emissão da CIN.

O procedimento geralmente envolve o preenchimento dos dados pessoais, a escolha da unidade de atendimento e o agendamento de data e horário para comparecimento presencial.

Mesmo quando o agendamento é realizado pela internet, normalmente é necessário comparecer a um posto de identificação para apresentação dos documentos, coleta de fotografia, impressões digitais e assinatura.

Também existe a possibilidade de iniciar o procedimento diretamente em unidades de atendimento, como Institutos de Identificação, Polícia Civil, Poupatempo e outros postos autorizados, conforme a organização de cada estado.

Documentos necessários

Entre os principais documentos exigidos para a emissão estão:

Certidão de nascimento, para pessoas solteiras;

Certidão de casamento, para pessoas casadas, divorciadas ou viúvas, conforme a situação civil;

CPF regularizado junto à Receita Federal;

Comprovante de residência atualizado, quando solicitado pelo órgão estadual.

A primeira via da CIN em papel é gratuita em todo o território nacional.

O Governo Federal também disponibiliza uma página com os links oficiais dos órgãos responsáveis pelo agendamento nos 26 estados e no Distrito Federal, permitindo que o cidadão consulte as orientações específicas de sua região.

Quais estados permitem receber a CIN em casa?

Além da retirada presencial, alguns estados oferecem a possibilidade de entrega do documento no endereço informado pelo cidadão durante o atendimento. Entre as unidades da Federação que disponibilizam essa modalidade estão Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Minas Gerais: a carteira pode ser entregue pelos Correios no endereço informado durante o atendimento, com prazo estimado de até 15 dias úteis. São realizadas até três tentativas de entrega, conforme as regras do serviço.

Rio de Janeiro: o cidadão pode optar pelo recebimento do documento em casa, por meio dos Correios, sem custo adicional, ou escolher a retirada presencial.

São Paulo: a entrega pelos Correios é opcional e pode substituir a retirada presencial na unidade do Poupatempo. Nesse caso, há cobrança de taxa de entrega.

As condições e os prazos podem variar de acordo com o serviço estadual e a modalidade escolhida pelo cidadão.

Qual é o prazo de validade da nova identidade?

A validade da Carteira de Identidade Nacional varia conforme a idade do titular no momento da emissão. A legislação estabelece três períodos:

Cinco anos: para crianças de zero a 11 anos;

Dez anos: para pessoas de 12 a 59 anos;

Prazo indeterminado: para cidadãos com 60 anos ou mais.

A diferenciação considera as mudanças físicas e biométricas que ocorrem ao longo da vida, podendo influenciar os processos de identificação.

Versão digital também está disponível

Além do documento físico, a CIN conta com uma versão digital, que pode ser acessada pelo aplicativo Gov.br após a emissão da carteira física e a disponibilização dos dados no sistema.

A versão digital facilita o acesso às informações de identificação e permite que o cidadão tenha o documento disponível no celular, observadas as condições de validação e utilização previstas pelo Governo Federal.

A implantação da nova Carteira de Identidade Nacional representa uma mudança importante no sistema de identificação brasileiro. A orientação é que os cidadãos consultem os canais oficiais de seus estados, verifiquem os procedimentos necessários e realizem a atualização com antecedência, evitando deixar a emissão para os últimos anos do prazo de transição.







Esporte e lazer: comunidade de Motas, em Miguel Burnier, terá novo campo de futebol

Projeto prevê campo com arquibancada, alambrados, vestiários e área de convivência. Obra será viabilizada com apoio da CSN Mineração e atende a uma antiga reivindicação dos moradores.

A comunidade de Motas, localizada no distrito de Miguel Burnier, em Ouro Preto, está mais próxima de conquistar um espaço próprio para a prática esportiva e o lazer. A implantação de um novo campo de futebol foi um dos principais assuntos discutidos durante reunião entre o prefeito Angelo Oswaldo, representantes da CSN Mineração e lideranças municipais.

O encontro teve como pauta as condicionantes relacionadas ao alvará de funcionamento da empresa, além de iniciativas e investimentos voltados ao atendimento das demandas da população local. Entre os encaminhamentos apresentados, ganhou destaque o projeto de construção do campo de futebol, que já está concluído e conta com articulações para viabilizar sua execução, com apoio da CSN Mineração.



A iniciativa atende a uma antiga reivindicação dos moradores, que há anos aguardam um espaço adequado para atividades esportivas, recreativas e de integração comunitária. A proposta prevê uma estrutura composta por campo de futebol, arquibancada, alambrados, vestiários e área de lazer, oferecendo melhores condições para a prática esportiva e a realização de atividades coletivas.

A reunião contou também com a participação da vice-prefeita Regina Braga, do vereador Naércio Ferreira, da secretária municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Camila Sardinha, e do chefe de Gabinete, Zaqueu Astoni, além de Marcelo Matos e representantes da equipe da CSN Mineração.

A proposta é que a implantação do equipamento público seja conduzida em diálogo entre os moradores, a Prefeitura e a Câmara Municipal, buscando contemplar as necessidades da comunidade e garantir que o espaço tenha utilização coletiva.

A iniciativa também evidencia a importância da articulação entre o poder público e a iniciativa privada na construção de soluções para as localidades do interior. Com a previsão de uma nova estrutura esportiva, Motas poderá ampliar as oportunidades de lazer, incentivar a prática de atividades físicas e fortalecer os vínculos sociais entre os moradores.

A Prefeitura de Ouro Preto informou que segue trabalhando na articulação de parcerias e no encaminhamento de projetos voltados à infraestrutura e à qualidade de vida das comunidades dos distritos.





Endereço: Rua Diamantina - 590 - Cabanas - Mariana/MG



Museu da Inconfidência lança podcast sobre a história de Minas Gerais e do Brasil

Série documental "O Embuçado", desenvolvida em parceria com a UFMG, estreia em 6 de novembro e aborda quilombos, resistência à escravidão, Conjuração Mineira e os impactos da mineração.

O Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, lança, em parceria com o Projeto República, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o podcast "O Embuçado", uma série documental que propõe uma abordagem ampliada sobre acontecimentos e personagens fundamentais para a formação de Minas Gerais e do Brasil. O primeiro episódio estreia na próxima sexta-feira, 6 de novembro de 2026, com novos capítulos publicados quinzenalmente nas plataformas Spotify e YouTube.

Com episódios de aproximadamente 25 minutos, a produção percorre diferentes momentos da história, abordando temas como a organização dos quilombos, as revoltas de pessoas escravizadas, a Conjuração Mineira e os impactos da mineração. A cada edição, personagens, acontecimentos históricos e entrevistas contribuem para ampliar as perspectivas sobre o passado e estabelecer conexões com questões contemporâneas.

A iniciativa integra o processo de reformulação da narrativa expográfica do Museu da Inconfidência, coordenado pela professora Heloísa Starling. O podcast é resultado de um trabalho de pesquisa, documentação e memória desenvolvido por pesquisadores do Projeto República, núcleo vinculado à UFMG.

O significado de "O Embuçado"

O nome da série faz referência a uma figura associada à Conjuração Mineira. A palavra "embuçado" designa alguém que esconde o rosto, deixando apenas os olhos à mostra.

De acordo com relatos históricos relacionados ao movimento, essa figura percorria as estradas de Vila Rica, atual Ouro Preto, levando informações aos inconfidentes perseguidos pela Coroa portuguesa.

Ao recuperar histórias, personagens e conflitos, o podcast busca aprofundar o conhecimento sobre a trajetória de Minas Gerais e estimular novas reflexões sobre a Conjuração Mineira e seus desdobramentos na formação do país.

Episódio de estreia destaca a resistência dos quilombos

Em referência ao Mês da Consciência Negra, o Museu da Inconfidência inaugura a série com o episódio "Quem Tem Medo dos Quilombos?", que resgata histórias de luta, resistência e organização da população negra no século XVIII.

A produção destaca que os quilombos foram muito além de espaços de refúgio para pessoas escravizadas. Constituíam formas de organização política e resistência ao sistema escravista, despertando o temor da Coroa portuguesa diante da possibilidade de levantes e revoltas.

Para discutir o tema, a apresentadora Thaís Pimentel recebe o professor Pablo Luís de Oliveira Lima, autor do livro "Marca de Fogo: Quilombos, Resistência e a Política do Medo".

O episódio integra a proposta editorial de "O Embuçado" de recuperar histórias essenciais para compreender a formação de Minas Gerais e do Brasil, valorizando diferentes perspectivas históricas e contribuindo para o debate sobre memória, resistência e identidade nacional.



Ouro Preto prevê implantação de bondinho para ligar a Praça da Estação à UFOP com investimento de R$ 20 milhões

Projeto de transporte por trilhos integra o pacote de contrapartidas de R$ 80 milhões firmado entre a Samarco e o município. Proposta prevê ligação entre a parte baixa da cidade e o campus Morro do Cruzeiro, com parada intermediária próxima à Casa dos Inconfidentes.



Ouro Preto poderá ganhar um novo sistema de transporte urbano sobre trilhos, com a implantação de um bondinho para conectar a Praça da Estação ao campus Morro do Cruzeiro da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A proposta prevê uma ligação entre a região central e a área universitária, utilizando um sistema de plano inclinado para superar o acentuado desnível geográfico característico da cidade histórica.

Segundo informações divulgadas pela Samarco, foram destinados R$ 20 milhões para a iniciativa. O montante integra o Termo de Contrapartidas do Projeto Longo Prazo, firmado entre a mineradora e a Prefeitura de Ouro Preto, cujo valor total é de R$ 80 milhões.

De acordo com as informações apresentadas, a administração municipal optou por priorizar a implantação do equipamento e ficará responsável pelas etapas de detalhamento técnico, elaboração do cronograma, contratação e execução da obra.

O traçado preliminar prevê que o bondinho saia da Praça da Estação, passe pela lateral da Vila Aparecida e conte com uma parada intermediária nas proximidades da Casa dos Inconfidentes, seguindo em direção ao campus Morro do Cruzeiro da UFOP. A proposta busca facilitar o deslocamento de moradores, estudantes, servidores e visitantes entre diferentes regiões do município.

O modelo previsto é o de plano inclinado, sistema de transporte no qual veículos circulam sobre trilhos instalados em uma encosta, utilizando mecanismos específicos para vencer grandes diferenças de altitude. Como referência técnica, a Prefeitura menciona o Plano Inclinado Gonçalves, localizado em Salvador, na Bahia.

A possibilidade de implantação desse sistema já havia sido apresentada pela administração municipal em setembro de 2025, quando representantes da Prefeitura estiveram na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir alternativas de investimentos em mobilidade urbana. Na ocasião, o município apresentou uma proposta de conexão entre a região da Barra e o Morro do Cruzeiro.

Por se tratar de uma intervenção em uma cidade reconhecida pelo seu patrimônio histórico e cultural, o projeto ainda deverá passar pela avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), etapa importante para verificar sua compatibilidade com as características urbanísticas, paisagísticas e patrimoniais de Ouro Preto.

Até o momento, não foram divulgadas datas para o início das obras, tampouco previsão para a conclusão e entrada em operação do sistema.

Mobilidade e preservação histórica

A proposta abre uma nova perspectiva para a mobilidade urbana de Ouro Preto, especialmente diante dos desafios impostos pela topografia, pelo crescimento da circulação de veículos e pela necessidade de alternativas de deslocamento entre o Centro Histórico e regiões de grande concentração de estudantes e trabalhadores.

Entretanto, a implantação exigirá planejamento técnico rigoroso, estudos de viabilidade, avaliação dos impactos sobre o patrimônio histórico, definição dos custos de manutenção e operação e transparência na aplicação dos recursos.

Mais do que construir um novo equipamento turístico ou de transporte, o desafio será garantir que o bondinho funcione como uma alternativa efetiva de mobilidade, com acessibilidade, segurança, integração ao transporte coletivo e benefícios concretos para a população.



Novembro Azul: atividade física é aliada na prevenção de doenças e na promoção da saúde masculina

Prática regular de exercícios, alimentação equilibrada, qualidade do sono e acompanhamento médico são fundamentais para reduzir fatores de risco, preservar a saúde cardiovascular e melhorar a qualidade de vida dos homens em todas as fases da vida.

Com a chegada do Novembro Azul, campanha dedicada à conscientização sobre a saúde masculina, ganha destaque a importância de adotar hábitos saudáveis e ampliar os cuidados preventivos. Mais do que incentivar a realização de exames, a mobilização chama a atenção para a necessidade de uma atenção integral à saúde, que envolve atividade física, alimentação equilibrada, sono adequado e acompanhamento médico regular.

Apesar dos avanços nas campanhas de conscientização, muitos homens ainda deixam os cuidados preventivos em segundo plano e procuram atendimento médico somente quando apresentam sintomas ou quando algum problema de saúde começa a comprometer suas atividades cotidianas.

Nesse contexto, a prática regular de exercícios físicos representa uma importante ferramenta para a promoção da saúde e a prevenção de doenças









crônicas. Além de contribuir para o controle do peso corporal, a atividade física favorece o condicionamento cardiovascular, melhora a disposição, auxilia na qualidade do sono e proporciona benefícios ao bem-estar emocional.

As recomendações internacionais para adultos indicam a realização de 150 a 300 minutos semanais de atividade aeróbica moderada ou o equivalente em intensidade vigorosa, além de exercícios de fortalecimento muscular. A frequência e a intensidade devem considerar as condições físicas, a idade e o histórico de saúde de cada pessoa.

Musculação também é prevenção e qualidade de vida

Embora frequentemente associada à estética e ao ganho de massa muscular, a musculação desempenha uma função importante na manutenção da saúde e da capacidade funcional. O fortalecimento dos músculos contribui para a realização de atividades cotidianas, como carregar objetos, subir escadas e preservar a autonomia durante o envelhecimento.

Quando combinada com exercícios aeróbicos, como caminhada, corrida, bicicleta e natação, a musculação integra uma rotina mais completa de condicionamento físico.

Não é necessário começar com cargas elevadas ou longas sessões de treinamento. O mais importante é estabelecer um planejamento compatível com o condicionamento individual, aprender a executar os movimentos corretamente e aumentar gradualmente a intensidade dos exercícios.

A regularidade também é fundamental. Manter uma rotina possível de ser cumprida tende a proporcionar resultados mais consistentes do que realizar atividades excessivamente intensas de maneira esporádica.

Para quem está começando, a orientação de um profissional de Educação Física pode ajudar na definição de exercícios, frequência e intensidade adequados. Pessoas com doenças preexistentes, sintomas durante o esforço ou histórico prolongado de sedentarismo podem precisar de avaliação de saúde antes de iniciar ou intensificar os treinamentos.

Saúde cardiovascular exige atenção permanente

A prevenção das doenças cardiovasculares também ocupa lugar de destaque no cuidado com a saúde masculina. Hipertensão arterial, alterações nos níveis de colesterol, diabetes tipo 2, tabagismo, consumo excessivo de álcool e sedentarismo estão entre os fatores que aumentam os riscos de problemas cardiovasculares.

A atividade física regular contribui para controlar parte desses fatores, mas não substitui consultas médicas, exames ou tratamentos prescritos por profissionais de saúde.

Outro cuidado importante é evitar longos períodos de inatividade. Pequenas mudanças na rotina, como caminhar em trajetos curtos, utilizar escadas e fazer pausas durante o expediente, ajudam a reduzir o tempo sedentário e estimular o movimento ao longo do dia.

Essas medidas são especialmente relevantes para homens que trabalham durante muitas horas sentados, dirigindo ou em frente ao computador.

Saúde masculina também envolve bem-estar emocional

O cuidado com a saúde não se limita ao condicionamento físico. O equilíbrio emocional, a qualidade do sono e o controle do estresse também influenciam diretamente a qualidade de vida.

Noites mal dormidas, cansaço persistente, estresse constante e alterações na disposição podem comprometer o bem-estar e dificultar a manutenção de hábitos saudáveis.

A atividade física pode contribuir para a saúde mental, mas não deve ser considerada uma solução isolada para problemas emocionais. Descanso e recuperação também fazem parte de uma rotina equilibrada.

Respeitar os limites individuais, evitar comparações com outros praticantes e estabelecer metas realistas são atitudes importantes para transformar os exercícios em um hábito permanente.

Novembro Azul reforça a importância da prevenção

A campanha Novembro Azul representa uma oportunidade para ampliar o diálogo sobre a saúde masculina e combater a resistência de parte dos homens em procurar atendimento médico.

Além da adoção de hábitos saudáveis, é fundamental manter consultas regulares e conversar com profissionais de saúde sobre os cuidados preventivos adequados à idade, ao histórico familiar e às condições individuais.

A prevenção do câncer de próstata também integra essa mobilização. A decisão sobre exames e estratégias de rastreamento deve ser discutida individualmente com o médico, considerando benefícios, limitações e possíveis riscos.

Mais do que uma campanha realizada durante um mês, o Novembro Azul reforça uma mensagem que precisa permanecer durante todo o ano: cuidar da saúde é uma atitude contínua, que exige informação, prevenção, acompanhamento profissional e mudanças sustentáveis no estilo de vida.

A atividade física é uma importante aliada nessa jornada, mas o verdadeiro cuidado com a saúde masculina começa com a atenção ao corpo, a prevenção e a busca por orientação profissional.

Ouro Preto celebra duas décadas de atuação dos catadores e reconhece contribuições para a sustentabilidade ambiental

Solenidade na UFOP marcou os 20 anos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Rancharia e os 25 anos da Associação de Catadores do Padre Faria. Durante o evento, o prefeito Angelo Oswaldo recebeu o Prêmio Legado Ambiental 2026.

Ouro Preto celebrou, nesta terça-feira (3), duas importantes trajetórias de organização social, inclusão produtiva e compromisso com a preservação ambiental. Uma solenidade realizada no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) marcou os 20 anos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Rancharia (ACMAR) e os 25 anos da Associação de Catadores do Padre Faria.

O encontro reuniu trabalhadores da reciclagem, representantes do poder público, instituições parceiras e integrantes da sociedade civil para reconhecer a contribuição dos catadores e catadoras na construção de uma política de gestão de resíduos sólidos mais sustentável no município.

Durante a programação, o prefeito Angelo Oswaldo recebeu o Prêmio Legado Ambiental 2026, uma das homenagens concedidas pelas associações a pessoas, instituições e parceiros que contribuem para o fortalecimento da coleta seletiva, da reciclagem e das iniciativas de educação ambiental em Ouro Preto.

A entrega das homenagens foi conduzida por Afonsina de Lima Pereira, presidente da ACMAR, e Maria das Graças Santos Carvalho, conhecida como Gracinha, presidente da Associação de Catadores do Padre Faria. As duas lideranças representam uma trajetória de mobilização, organização coletiva e defesa da valorização dos profissionais que atuam diretamente na recuperação e reaproveitamento de materiais recicláveis.

Atualmente, Ouro Preto conta com quatro associações de catadores, distribuídas entre a sede do município e os distritos de Cachoeira do Campo e Antônio Pereira. Essas organizações desempenham uma função estratégica na cadeia da sustentabilidade, contribuindo para a coleta seletiva, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, a geração de trabalho e renda e a inclusão socioeconômica de dezenas de famílias.



Além dos benefícios ambientais, a atuação dessas entidades fortalece a economia circular, reduz a quantidade de materiais encaminhados à disposição final e amplia a conscientização da população sobre a responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos.

Catadores: protagonistas da transformação ambiental

A celebração dos aniversários da ACMAR e da Associação de Catadores do Padre Faria representa mais do que a marcação de datas comemorativas. É o reconhecimento de décadas de trabalho de profissionais que exercem uma atividade indispensável para a preservação ambiental, muitas vezes enfrentando desafios relacionados à infraestrutura, às condições de trabalho, à comercialização dos materiais e ao reconhecimento social.

Valorizar essas trajetórias significa compreender que a sustentabilidade também depende de políticas públicas permanentes, investimentos, fortalecimento das associações e ampliação da participação da população na separação correta dos resíduos.

Ao reconhecer o trabalho dos catadores, Ouro Preto reafirma a importância da inclusão socioeconômica e da construção de uma cidade comprometida com a responsabilidade ambiental, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Mais do que celebrar o passado, os 20 anos da ACMAR e os 25 anos da Associação de Catadores do Padre Faria reforçam a importância de garantir condições para que esses profissionais continuem sendo protagonistas de um futuro ambientalmente mais responsável.



Minas Gerais avança em projeto que prevê isenção de IPVA para pessoas com síndrome de Down e doenças raras

Proposta recebeu parecer favorável em segundo turno na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG e está apta à votação definitiva em Plenário. Texto também prevê a possibilidade de isenção quando o veículo estiver registrado em nome do representante legal do beneficiário.

Pessoas com síndrome de Down e doenças raras poderão ter o direito à isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) expressamente assegurado na legislação estadual de Minas Gerais. O Projeto de Lei (PL) 779/2019, que prevê a ampliação do benefício, recebeu parecer favorável em segundo turno da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) da





Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), na quarta-feira (4/11), e está apto a ser votado em definitivo pelo Plenário.

De autoria do deputado estadual Cristiano Silveira (PT), a proposta amplia o conjunto de beneficiários da isenção prevista na Lei 14.937, de 2003, que regulamenta a cobrança do IPVA em Minas Gerais. Atualmente, o benefício contempla pessoas com transtorno do espectro autista, deficiência física, visual ou mental severa ou profunda.

Com a alteração, a síndrome de Down e as doenças raras passam a integrar expressamente o rol de condições contempladas pela legislação estadual.

Embora a isenção para pessoas com síndrome de Down já estivesse prevista no Decreto 43.709, de 2003, que regulamenta o imposto, o projeto busca incorporar expressamente esse direito à lei que estabelece as regras gerais do IPVA. Para pessoas com doenças raras, a proposta representa uma nova previsão de isenção na legislação estadual.

Substitutivo amplia proteção aos beneficiários

Durante a análise da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o relator da matéria, deputado João Magalhães (PSD), recomendou a aprovação do projeto em segundo turno na forma do substitutivo nº 1, apresentado por ele.

O novo texto incorporou uma emenda do deputado Carlos Henrique (Republicanos), que amplia as possibilidades de acesso ao benefício ao permitir a isenção mesmo quando o veículo estiver registrado em nome do representante legal da pessoa beneficiária.

A medida considera situações em que o beneficiário não possui condições de realizar diretamente os procedimentos de registro e titularidade do automóvel, possibilitando que o representante legal seja o proprietário formal do veículo sem comprometer o acesso à isenção.

Novas regras terão prazos específicos para aplicação

O substitutivo também estabelece regras distintas para a entrada em vigor das alterações. As novas disposições passarão a valer na data de publicação da futura lei. Entretanto, a inclusão das pessoas com doenças raras entre os beneficiários da isenção produzirá efeitos somente após 180 dias.

O intervalo foi estabelecido para permitir que o Estado organize os procedimentos administrativos e avalie os impactos econômicos decorrentes da ampliação do benefício.

Com o parecer favorável em segundo turno, o PL 779/2019 concluiu a análise na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e poderá seguir para votação definitiva no Plenário da Assembleia Legislativa. A concessão da isenção dependerá da aprovação final da proposta e da posterior sanção e publicação da lei.



Quase 11 anos após tragédia de Mariana, pesca é liberada na foz do Rio Doce

Portaria federal autoriza a retomada da atividade em trecho do litoral norte capixaba, mas pesquisadores alertam que a recuperação ambiental ainda exige monitoramento por mais uma década.



Quase 11 anos após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), pescadores começam a retomar as atividades na foz do Rio Doce, no Espírito Santo. A liberação representa um avanço para comunidades que dependem da pesca, mas pesquisadores ressaltam que a recuperação ambiental da região ainda não foi concluída.

Em novembro de 2015, mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração foram despejados após o rompimento da barragem, atingindo o Rio Doce e avançando até o litoral capixaba. Em fevereiro de 2016, diante dos riscos de contaminação, a pesca foi proibida na região da foz.

Nesta semana, uma portaria do governo federal autorizou a retomada da atividade pesqueira em um trecho que compreende a região entre Barra do Riacho, em Aracruz, e Degredo e Ipiranguinha, em Linhares, no norte do Espírito Santo, até o limite de 20 metros de profundidade.

A decisão foi fundamentada em nota técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que apontou que os níveis de contaminantes identificados nos pescados monitorados na região afetada não apresentam, neste momento, indicadores de preocupação. A avaliação também considerou dados de monitoramento ambiental.

Monitoramento aponta redução de contaminantes

Pesquisadores responsáveis pela análise de metais em peixes, camarões e caranguejos identificaram uma redução nos indicadores de contaminação das amostras, com índices de não conformidade abaixo dos limites considerados pela Anvisa.

Segundo Fabian Sá, coordenador do Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST/Ufes), os resultados dos últimos dois anos indicam que os níveis de elementos metálicos monitorados permaneceram dentro dos parâmetros avaliados.

"Nos últimos dois anos de monitoramento [...] a gente não tem visto um aumento além de 5% de não conformidade de elementos metálicos legislados pela Anvisa", afirmou o pesquisador, referindo-se aos quatro elementos metálicos regulamentados pela agência.

Recuperação ambiental ainda exige atenção

Apesar da autorização para a retomada da pesca, especialistas destacam que o Rio Doce continua sujeito a alterações na qualidade da água, especialmente durante períodos chuvosos.

O aumento do volume de água pode provocar a movimentação de sedimentos acumulados na bacia, influenciando novamente os indicadores ambientais.

"Em períodos de chuva, dependendo de onde chove na bacia do Rio Doce e do volume de chuva, a gente volta a ter uma piora na qualidade da água. A gente vai continuar fazendo o mesmo monitoramento. Então, são mais dez anos pela frente em que a gente vai dar subsídios de dados para os órgãos competentes", explicou Fabian Sá.

Os ministérios da Pesca e do Meio Ambiente informaram que a água e os sedimentos seguem sob monitoramento contínuo e que, atualmente, não há alertas de não conformidade. A retomada da atividade será acompanhada por um plano de ação articulado com o Ministério da Saúde e a Anvisa.

Segundo os órgãos federais, as decisões relacionadas à pesca poderão ser revistas a qualquer momento, conforme os resultados das avaliações ambientais e sanitárias.

Pescadores ainda enfrentam insegurança

Mesmo com a liberação, os pescadores atingidos pela tragédia continuarão recebendo auxílio financeiro equivalente a um salário mínimo e meio por mês.

Para quem vive da atividade, a retomada representa não apenas a possibilidade de recuperar a renda, mas também o desafio de reconstruir a confiança no ambiente que, durante anos, esteve associado à contaminação e à perda dos meios de subsistência.

"Tem as interrogações. É isso que ainda nos segura a voltar, de fato, para essa água e exercer o que a gente fazia, que é a pesca", afirmou o pescador Adailton Alcântara.

A retomada das atividades marca uma nova etapa para as comunidades da foz do Rio Doce. No entanto, a continuidade do monitoramento ambiental será fundamental para avaliar as condições do ecossistema e garantir que a atividade pesqueira possa ser exercida com segurança ao longo dos próximos anos.

Minas Gerais ultrapassa Rio de Janeiro e assume segunda posição no ranking nacional de inadimplência

Estado soma mais de 8 milhões de consumidores negativados e acumula R$ 56,8 bilhões em dívidas. Apesar do volume expressivo, percentual de adultos inadimplentes permanece abaixo da média nacional. Feirão da Serasa oferece quase 60 milhões de oportunidades de renegociação em Minas, com descontos de até 99%.

Minas Gerais ultrapassou o Rio de Janeiro e passou a ocupar a segunda posição entre os estados brasileiros com maior número absoluto de consumidores inadimplentes. De acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas da Serasa, referente a setembro, o estado contabiliza 8.051.188 pessoas com o nome negativado, contra 8.036.425 no território fluminense. São Paulo permanece na liderança nacional.

A mudança no ranking ocorreu após Minas Gerais registrar um aumento de 15.333 consumidores inadimplentes em relação a agosto, crescimento de 0,19%. Na contramão, o Rio de Janeiro apresentou uma redução de aproximadamente 65 mil pessoas nessa condição no mesmo período.

Apesar de ultrapassar o estado fluminense em números absolutos, Minas apresenta uma proporção de inadimplência inferior à média brasileira. Atualmente, 47,52% da população adulta mineira possui restrições financeiras, enquanto o índice nacional chega a 51,1%. A diferença demonstra que a posição do estado no ranking está diretamente relacionada ao tamanho de sua população, e não necessariamente a uma concentração proporcionalmente maior de consumidores endividados.

O levantamento aponta que os mineiros acumulam aproximadamente 31,8 milhões de dívidas negativadas, que totalizam R$ 56,8 bilhões. O valor médio devido por consumidor inadimplente é de R$ 7.053,05, com aproximadamente quatro registros de dívidas por pessoa.

Belo Horizonte concentra maior volume de dívidas

Entre os municípios mineiros, Belo Horizonte lidera em quantidade de consumidores negativados, com aproximadamente 1,09 milhão de pessoas e R$ 9,36 bilhões em débitos acumulados.

Uberlândia, no Triângulo Mineiro, registra 364,8 mil inadimplentes. O valor médio das dívidas chega a R$ 8.937,88 por pessoa, superando tanto a média estadual quanto a registrada na capital mineira, de R$ 8.591,38.

Juiz de Fora, na Zona da Mata, contabiliza aproximadamente 241 mil consumidores negativados, enquanto Montes Claros, no Norte de Minas, reúne 182 mil pessoas nessa situação.

Contas bancárias e serviços essenciais concentram dívidas

O perfil da inadimplência em Minas Gerais revela que bancos e cartões de crédito representam a maior parcela dos registros, correspondendo a 26,4% do total. Na sequência aparecem as contas básicas de água, energia elétrica e gás, com 21,1%, e as dívidas com financeiras, que representam 19,1%.

No cenário nacional, a composição apresenta diferenças. Pela primeira vez na série histórica, as financeiras assumiram a segunda posição entre os segmentos com maior participação nas dívidas negativadas, alcançando 20,66% do total e ultrapassando as contas básicas, que representam 20,32%. Bancos e cartões de crédito permanecem na liderança, com 27,16%.

Inadimplência brasileira atinge maior patamar da série histórica

O quadro nacional também preocupa. Em setembro, o Brasil chegou a 84,2 milhões de consumidores inadimplentes, o maior número desde o início da série histórica da Serasa, em 2016. As dívidas negativadas alcançaram R$ 597,4 bilhões, crescimento de 0,90% em comparação com agosto.

Segundo Aline Maciel, diretora da Serasa, a inadimplência aumentou 34,17% desde 2020 e apresentou crescimento de 6% na comparação entre setembro de 2025 e setembro deste ano.

A executiva observa que, embora o ritmo de crescimento tenha desacelerado desde abril, o número de consumidores inadimplentes continua aumentando. Nesse contexto, as iniciativas de renegociação de débitos e educação financeira são consideradas fundamentais para conter o avanço do endividamento e evitar que os consumidores voltem a enfrentar restrições de crédito.

Feirão da Serasa disponibiliza quase 60 milhões de ofertas em Minas

Em meio ao cenário de endividamento, a 36ª edição do Feirão Serasa Limpa Nome começa na terça-feira (3), reunindo oportunidades para consumidores que desejam renegociar dívidas e reorganizar a vida financeira.

Em Minas Gerais, estão disponíveis aproximadamente 59,8 milhões de ofertas de negociação, com descontos que podem chegar a 99%, além de condições especiais de parcelamento, conforme os acordos disponibilizados pelas empresas credoras.

Em âmbito nacional, a iniciativa reúne mais de 3,3 mil empresas parceiras dos setores bancário, financeiro, varejista, de telecomunicações e de serviços essenciais, entre outros. Ao todo, são mais de 750 milhões de ofertas, volume 14% superior ao registrado na edição realizada no mesmo período do ano passado.

Entre as possibilidades oferecidas estão condições de pagamento via Pix. Nas dívidas elegíveis, a confirmação do pagamento pode proporcionar a retirada imediata da negativação.

Na edição anterior, o Feirão registrou mais de 10,2 milhões de acordos fechados em todo o país.

Para Aline Maciel, ampliar o acesso à renegociação tornou-se ainda mais importante diante do número expressivo de brasileiros com dificuldades financeiras. Segundo a diretora, a edição atual reúne o maior volume de ofertas já disponibilizado pela iniciativa, com condições destinadas a facilitar a quitação dos débitos e proporcionar aos consumidores a oportunidade de recuperar o equilíbrio financeiro.







Endereço: Av. Nossa Senhora do Carmo - 240 - Mariana/MG - Telefone: (31) 98375-7995
Aberto de Segunda a Sábado - De 11hrs às 14hrs



Onze anos após a tragédia de Mariana, atingidos cobram transparência, participação e reparação efetiva

Em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, moradores, representantes de movimentos sociais e autoridades questionaram os resultados das ações de reparação, denunciaram dificuldades nos reassentamentos e cobraram transparência na aplicação dos recursos do acordo.



Onze anos após o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, os desafios da reparação continuam no centro das reivindicações das comunidades atingidas. A efetividade das medidas adotadas, as condições dos reassentamentos, a preservação dos modos de vida e a transparência na aplicação dos recursos foram alguns dos principais questionamentos apresentados durante audiência pública realizada na quarta-feira (4/11), pela Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O encontro reuniu moradores, representantes de comunidades atingidas, movimentos sociais, assessorias técnicas e integrantes do Ministério Público. Os relatos evidenciaram que, apesar dos avanços registrados ao longo dos últimos anos, ainda existem pendências que comprometem a reconstrução da vida das famílias e a garantia de direitos.

Um dos questionamentos mais contundentes partiu de Mônica dos Santos, moradora e integrante da Comissão dos Atingidos de Bento Rodrigues. Ela colocou em debate o que efetivamente foi reparado desde o rompimento e alertou para o risco de um novo processo de apagamento das comunidades atingidas.

"Depois de 11 anos, estamos correndo o risco de passar por uma segunda forma de apagamento. O primeiro envolveu tudo que a lama levou; agora estamos correndo o risco de cair no esquecimento e de não termos nosso direito de participação resguardado", afirmou.

Mônica também cobrou esclarecimentos sobre as intervenções da empresa PHP relacionadas ao descomissionamento do dique S4. Segundo ela, solicitações de informações já foram encaminhadas, mas continuam sem resposta. A representante dos atingidos defendeu que as intervenções considerem as características do tombamento realizado em 2016 e os relatórios produzidos pela assessoria técnica, especialmente para esclarecer os possíveis impactos do rebaixamento do dique na qualidade da água.

Ausência do Governo de Minas e questionamentos sobre o acordo

Presidente da comissão e responsável pelo requerimento da audiência, o deputado estadual Leleco Pimentel (PT) criticou a ausência de representantes do Governo de Minas Gerais e lamentou a falta de transparência sobre a aplicação dos recursos previstos no acordo de reparação. A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) informou que não participaria da reunião.

O parlamentar também questionou a divulgação de resultados que apontam a conclusão de obras nos reassentamentos enquanto famílias ainda enfrentam dificuldades para ocupar suas residências.

"Essa audiência marca os 11 anos do crime da Barragem de Mariana. Que fique bem claro que foi um crime, para que ninguém use outro nome para se referir ao que aconteceu. Estamos fazendo essa audiência aqui na Comissão de Habitação porque tem casa que ficou pronta, mas os moradores não conseguiram entrar porque falta rede de esgoto, espaço adequado e por outros motivos", declarou.

Durante a reunião, Leleco solicitou um minuto de silêncio em homenagem a Edmirson José Pessoa, único empregado da Samarco cujo corpo ainda não foi localizado.

O deputado federal Padre João também participou do debate e defendeu que o rompimento não seja naturalizado ou esquecido. Ao abordar a atuação do Poder Judiciário, criticou a influência do poder econômico sobre as instituições e destacou a gravidade das consequências humanas e ambientais do desastre.

Para o parlamentar, a responsabilização precisa considerar a dimensão dos danos provocados e as vidas perdidas, independentemente dos interesses econômicos envolvidos.

Ministério Público aponta desafios na governança e na execução da reparação

O procurador de Justiça e coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres (Nucard), Leonardo Castro Maia, apresentou a atuação do Ministério Público de Minas Gerais no acompanhamento do caso.

Segundo ele, o núcleo articula o trabalho de diferentes Promotorias, entre elas as áreas de Meio Ambiente, Arquitetura e Urbanismo e Infância, além de outros órgãos envolvidos nas medidas de reparação.

O procurador ressaltou que a complexidade do desastre exige atuação integrada entre instituições estaduais e federais, além dos órgãos responsáveis nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Na avaliação de Leonardo Maia, preservar a memória do rompimento é uma medida fundamental para impedir que tragédias semelhantes voltem a acontecer. Ele também explicou que a governança da reparação não está concentrada em uma única instituição, uma vez que diferentes obrigações foram distribuídas entre os órgãos responsáveis pelo acordo.

Sobre o Portal da Transparência, informou que a disponibilização de informações ainda dependia de uma capacitação dos servidores envolvidos, prevista para o dia 11 de novembro.

Na área habitacional, o procurador chamou atenção para grupos que não receberam tratamento específico no acordo, como os inquilinos, que também sofreram impactos com o rompimento, embora em condições distintas das famílias proprietárias dos imóveis atingidos.

O Ministério Público continua acompanhando questões relacionadas às desapropriações e ao uso do território. Leonardo Maia reafirmou que as Zonas de Salvamento não poderão ser ocupadas e alertou que eventuais autorizações municipais para ocupação dessas áreas podem configurar improbidade administrativa.

Entre os pontos considerados prioritários, destacou o saneamento básico, que conta com recursos próximos de R$ 8 bilhões, e a Regularização Fundiária Urbana (Reurb), cuja responsabilidade é do Governo de Minas. Segundo ele, os recursos precisam ser aplicados com eficiência e de acordo com as necessidades de cada região.

Reassentamentos ainda enfrentam obstáculos e comunidades cobram respeito aos modos de vida

A integrante da Coordenação Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Stephanne Biondo, afirmou que os efeitos do rompimento continuam presentes no cotidiano das comunidades e que a reparação não pode ser avaliada apenas pela construção de novas moradias.

Para ela, é necessário considerar as relações sociais, culturais, econômicas e territoriais que foram destruídas ou profundamente alteradas pelo desastre.

"Quando olhamos para a qualidade da reparação que está sendo ofertada aos moradores, vemos que o objetivo não está sendo atingido. Não basta construir paredes, é preciso ter respeito às tradições e modos de vida dessas populações", ressaltou.

Stephanne apontou contradições no processo de reassentamento que dificultam o acesso das famílias às políticas públicas. Também cobrou um cronograma para a efetivação das mudanças e alertou que a moradia temporária não pode se transformar em uma solução permanente.

As dificuldades enfrentadas pelos municípios e pelas comunidades rurais também foram abordadas. O presidente da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola, José Maria Rosa, lembrou o apoio prestado por Acaiaca, na Zona da Mata, durante a reconstrução de Barra Longa. Entretanto, destacou que a infraestrutura municipal não foi preparada para suportar o intenso tráfego de caminhões pesados.

Ele afirmou ainda que Acaiaca não foi reconhecida como município atingido pelo rompimento, situação que motivou a abertura de três processos judiciais.

Comunidades contestam divulgação de 100% das obras concluídas

A representante da assessoria técnica Cáritas, Gabriela Andrade, questionou a divulgação de informações pela Samarco segundo as quais 100% das obras previstas nos distritos de Novo Bento Rodrigues e Paracatu estariam concluídas.

De acordo com ela, a conclusão física das construções não significa necessariamente que as famílias tenham conseguido retomar suas vidas nos novos territórios.

Gabriela destacou que moradores ainda enfrentam dificuldades para acessar suas casas, reconstruir suas atividades e recuperar os modos de vida anteriores. Também mencionou a ausência de comércio local e as preocupações relacionadas à cobrança de impostos.

A representante chamou atenção, especialmente, para a situação das populações rurais, que continuam enfrentando consequências do acúmulo de rejeitos e das alterações ambientais que restringiram a continuidade das atividades produtivas no campo.

Vanessa Gaudereto, assessora da Unidade Territorial de Mariana (Gerex), entidade que acompanha o trabalho das assessorias técnicas independentes e atua junto a aproximadamente 15 mil agricultores, reforçou que a preservação da memória precisa estar presente em todas as iniciativas de reparação.

Segundo ela, os programas e editais devem assegurar não apenas compensações financeiras, mas também o reconhecimento das diferentes realidades, dos modos de vida e das necessidades das populações atingidas. Durante a audiência, foram apresentados três editais em andamento voltados à Bacia do Rio Doce.

Cobrança por fiscalização e transparência

Ao final da audiência, o deputado Leleco Pimentel solicitou que as notas taquigráficas da reunião fossem encaminhadas aos diferentes órgãos responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização do cumprimento do acordo de reparação.

O parlamentar também anunciou que solicitará ao Ministério Público providências para a retirada de outdoors instalados em municípios atingidos que divulgam a informação de que 100% das famílias receberam suas casas.

O debate na ALMG voltou a evidenciar uma questão central: a reparação de um desastre dessa dimensão não pode ser medida exclusivamente pelo número de obras entregues, valores anunciados ou percentuais de execução apresentados pelas empresas e instituições responsáveis.

Onze anos depois, a reconstrução continua sendo um processo que exige respostas concretas, participação efetiva dos atingidos, transparência na aplicação dos recursos, recuperação ambiental e respeito à história das comunidades. A conclusão de estruturas físicas é apenas uma parte de uma obrigação muito maior: garantir condições dignas para que as famílias possam reconstruir suas vidas e recuperar direitos que foram profundamente comprometidos pelo rompimento.

ALMG aprova projetos que garantem benefícios a familiares de agentes de segurança mortos em serviço e espaços de autocuidado para servidores com diabetes

Propostas de autoria dos deputados Sargento Rodrigues e Marli Ribeiro foram aprovadas em primeiro turno na quarta-feira (4), no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e seguem para análise das comissões antes da votação definitiva.



O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, em primeiro turno, na quarta-feira (4/11), dois Projetos de Lei voltados à garantia de direitos e à promoção da saúde dos servidores públicos estaduais. As propostas tratam da implementação de benefícios destinados às famílias de profissionais da segurança pública mortos em serviço e da criação de espaços de autocuidado para funcionários públicos com diabetes.

De autoria do deputado Sargento Rodrigues (PL), o Projeto de Lei 5.654/2026 estabelece que os benefícios assegurados às famílias de servidores da segurança pública mortos durante o exercício da função ou em decorrência dela sejam efetivamente disponibilizados no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data do falecimento.

A iniciativa altera a Lei 25.722, de 2026, que dispõe sobre as honras fúnebres prestadas a esses profissionais. A proposta também prevê a instituição de um memorial, físico ou digital, destinado ao registro dos nomes dos servidores públicos civis e militares integrantes da segurança pública estadual que perderam a vida em serviço ou em razão dele.

O texto estabelece que a assistência às famílias deverá incluir a garantia de acesso aos benefícios legalmente previstos dentro do prazo determinado.

Na justificativa, o parlamentar argumenta que, embora a legislação estadual já assegure diferentes direitos aos familiares dos profissionais mortos em serviço, a ausência de um prazo específico para a efetivação desses benefícios pode provocar atrasos excessivos. Segundo o deputado, a demora agrava a situação financeira e emocional das famílias em um momento de profunda vulnerabilidade.

A matéria foi aprovada conforme o substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Administração Pública, que promoveu ajustes pontuais sem modificar o conteúdo central da proposta. O projeto retorna à comissão para receber parecer de segundo turno.

Espaços de autocuidado para servidores com diabetes

Outra proposta aprovada em primeiro turno foi o Projeto de Lei 3.087/2024, de autoria da deputada Marli Ribeiro (PL), que trata da criação de espaços de autocuidado destinados a servidores públicos estaduais com diabetes.

O projeto original previa a implantação de ambientes específicos para atender às necessidades desses trabalhadores. Durante a tramitação, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) apresentou o substitutivo nº 1, incorporando a proposta à Lei 14.533, de 2002, que institui a Política Estadual de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa com Diabetes.

A alteração acrescenta o artigo 2º-A à legislação, estabelecendo que o Estado deverá criar espaços de autocuidado voltados aos servidores com a doença, com a finalidade de promover a saúde e o bem-estar desses profissionais.

A proposta busca ampliar as condições de atenção à saúde no ambiente de trabalho, reconhecendo a importância de estruturas que permitam aos servidores atender às necessidades relacionadas ao controle da doença durante a jornada profissional.

Assim como o projeto de autoria de Sargento Rodrigues, a matéria de Marli Ribeiro foi aprovada em primeiro turno e seguirá para a Comissão de Administração Pública, onde receberá parecer para a votação em segundo turno. As duas propostas ainda precisam cumprir as próximas etapas de tramitação na Assembleia Legislativa antes de uma eventual aprovação definitiva e posterior implementação pelo Estado.





Justiça derruba sigilo médico e libera documentos sobre a morte de Tancredo Neves

Material será utilizado na preparação da segunda edição do livro 'O Paciente: O Caso Tancredo Neves'.



A 13ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) autorizou um dos filhos do ex-presidente Tancredo Neves a obter documentos médicos referentes ao tratamento e à morte do pai, ocorrida em 1985. A decisão foi tomada por unanimidade em julgamento realizado em 26 de outubro e reconheceu que o sigilo profissional não impede, em circunstâncias excepcionais, o acesso de familiares a informações médicas de pessoas falecidas.

O processo foi movido por Tancredo Augusto Tolentino Neves contra o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF). Ele recorreu à Justiça por meio de um habeas data, instrumento que permite solicitar acesso a informações pessoais mantidas em registros de órgãos públicos ou de caráter público. A primeira instância havia encerrado o processo sem analisar o pedido.

Filho do ex-presidente pretende reunir prontuários, relatórios e outros registros relacionados ao atendimento médico prestado ao pai. O material será utilizado na preparação da segunda edição do livro O Paciente: O Caso Tancredo Neves. A iniciativa também busca esclarecer aspectos do episódio que marcou o fim da trajetória política do primeiro presidente eleito após a ditadura militar, que morreu antes de tomar posse.

As entidades médicas se opuseram à divulgação dos documentos. A justificativa foi a proteção do sigilo profissional, além do entendimento de que o habeas data é um instrumento de natureza personalíssima e, portanto, não poderia ser utilizado por terceiros, mesmo que fossem herdeiros do paciente.

Ao examinar o recurso, o desembargador federal Roberto Carvalho Veloso, relator do caso, entendeu que a proteção das informações médicas precisa ser avaliada em conjunto com outros direitos. Embora o sigilo seja uma garantia constitucional, segundo o magistrado, ele não deve ser aplicado de maneira irrestrita quando há interesse legítimo no acesso aos registros.

O relator considerou que a solicitação não se limita a uma questão particular da família. Por se tratar de Tancredo Neves, cuja trajetória teve papel relevante na redemocratização brasileira, a documentação também pode contribuir para o esclarecimento de um acontecimento de interesse público e para a preservação da memória histórica do País.

O entendimento levou em conta precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que admitem o acesso de familiares a informações de pessoas mortas em situações específicas, desde que exista justificativa jurídica para o pedido.

A decisão também afastou a necessidade de que cada herdeiro apresentasse individualmente um pedido às entidades médicas. Para o colegiado, a recusa anterior a uma solicitação feita por uma das filhas do ex-presidente já demonstrava que os conselhos não pretendiam disponibilizar os registros.

Com a decisão, os dois conselhos de medicina terão de entregar os prontuários e os demais registros médicos solicitados pelo filho de Tancredo Neves. O entendimento do TRF1 permite que a família tenha acesso a documentos que podem ajudar a esclarecer as circunstâncias do tratamento e da morte do ex-presidente, quase quatro décadas depois do episódio.



Primeira Caminhada Pink reúne mulheres em Mariana em ação de conscientização sobre o câncer de mama

Promovido pelo Grupo Mulheres em Oração, evento reuniu 66 participantes em uma programação com atividades físicas, orientações sobre prevenção, momentos de reflexão e integração.



Mariana recebeu, no último dia 31 de outubro, a primeira edição da Caminhada Pink, iniciativa promovida pelo Grupo Mulheres em Oração com o objetivo de fortalecer a conscientização sobre o câncer de mama, incentivar a prevenção e estimular o cuidado com a saúde feminina. A atividade contou com 66 inscrições e reuniu mulheres em uma manhã de mobilização, informação e confraternização.

A programação teve início na Praça da Sé, com uma sessão de alongamento e yoga conduzida por Sandra Estevam, do projeto Acorda pra Vida. Em seguida, as participantes seguiram em caminhada até o Mirante, no bairro Cruzeiro do Sul.

No local, a programação contou com momentos de reflexão e conscientização. Vânia, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), compartilhou palavras de incentivo e valorização da participação feminina. Na sequência, a enfermeira Ana Paula abordou a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, destacando os cuidados necessários para a saúde da mulher.

A animação ficou por conta de Drika Moraes, que conduziu uma aula de zumba e promoveu um momento de descontração e atividade física entre as participantes. O encontro foi encerrado com um piquenique, proporcionando um espaço de convivência, partilha e fortalecimento dos vínculos entre as mulheres.

Mobilização também teve caráter solidário

Além da conscientização sobre o câncer de mama, a Caminhada Pink também teve uma finalidade social. A inscrição teve o valor simbólico de R$ 10, cuja arrecadação será destinada à compra de gelatinas para doação ao Hospital Luxemburgo, da Fundação Mário Penna, em Belo Horizonte.

A organização agradeceu o apoio do prefeito Juliano Duarte e da vice-prefeita Sônia Azzi, além da Guarda Municipal, do Departamento Municipal de Trânsito (Demutran) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que disponibilizou a estrutura de banheiro para atender às participantes.

Também foi registrado um agradecimento aos novos proprietários da pizzaria que cederam o espaço do estabelecimento para a realização do piquenique, em razão da chuva.

A primeira edição da Caminhada Pink marcou a união entre informação, prevenção, solidariedade e valorização feminina, reforçando a importância de iniciativas comunitárias que promovam a saúde e o bem-estar das mulheres em Mariana.









BIOMAGISTRAL
FARMACÊUTICA
Desde 1979

A MAIOR FRANQUIA DE
FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO
DO PAÍS CHEGA A OURO PRETO

Com a credibilidade do Grupo CONTAD, responsável por marcas que você já confia: *Ultra Popular* e *Droga Rede*.

31 3551-4505

RUA SÃO JOSÉ, 201
CENTRO | OURO PRETO – MG

@BIOMAGISTRAL_OUROPRETO

Leia o
QR CODE!

Cuide-se bem.
É da nossa natureza.

FÓRMULAS PERSONALIZADAS
para suas necessidades

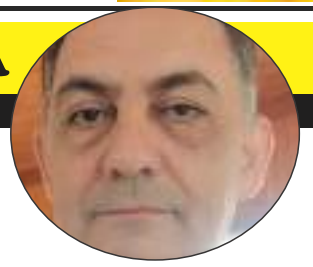
QUALIDADE E SEGURANÇA
em cada fórmula

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
com farmacêuticos

SAÚDE E BEM-ESTAR
de forma natural
e responsável

BIOMAGISTRAL. SUA SAÚDE, NOSSA FÓRMULA DE CONFIANÇA.

JESUS: O ÚNICO CAMINHO PARA A VIDA ETERNA



Vivemos em um mundo com muitas vozes, propostas e caminhos apresentados como respostas para a vida. Buscamos felicidade, paz, segurança e esperança em pessoas, bens, conquistas, religião e até em nós mesmos. Porém, a Bíblia nos apresenta uma verdade que não podemos ignorar: **precisamos de um Salvador, e esse Salvador é Jesus Cristo.** Jesus não é apenas um grande mestre ou um exemplo de bondade. Ele é o Filho de Deus, o Senhor e o único Salvador dos pecadores. Ele mesmo declarou: **"Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim"** (João 14.6). O grande problema da humanidade é o pecado. A Bíblia afirma: **"pois todos pecaram e carecem da glória de Deus"** (Romanos 3.23).

O pecado nos separa de Deus e revela nossa incapacidade de salvar a nós mesmos. Nossas boas obras, religiosidade, conhecimento, dinheiro ou posição social não podem remover nossa culpa diante de um Deus santo. Por isso, não precisamos apenas de conselhos ou melhorias de vida. **Precisamos de salvação.** A grande notícia do evangelho é que Deus enviou seu Filho para nos salvar. Jesus viveu uma vida perfeita, morreu na cruz em lugar de pecadores e ressuscitou ao terceiro dia. Na cruz, Cristo tomou sobre si a culpa daqueles que nele creem. Por isso, Pedro declarou: **"E não há salvação em nenhum outro"** (Atos 4.12). Essa é a esperança do evangelho: **Jesus não é apenas uma opção entre muitas; Ele é o único Salvador. Renda-se a Cristo:** Diante dessa verdade, somos chamados ao arrependimento e à fé. Arrepender-se é reconhecer o pecado e voltar-se para Deus. Crer é abandonar a confiança em nossos próprios méritos e descansar inteiramente em Cristo e em sua obra na cruz. A salvação não é conquistada por merecimento. **É graça de Deus, recebida pela fé** (Efésios 2.8). Por isso, não adie a decisão mais importante da sua vida. Renda-se a Cristo enquanto há tempo. Não coloque sua esperança definitiva em pessoas, circunstâncias ou bens materiais. **Coloque-a em Jesus.** Ele continua dizendo: **"Eu sou a ressurreição e a vida"** (João 11.25).

Talvez você esteja cansado, ferido, preocupado ou procurando um novo sentido para sua vida. Olhe para Cristo. Nele há perdão para o pecado, reconciliação com Deus, esperança para o presente e vida eterna. **Jesus é o único Salvador. Renda-se a Ele. Creia nele. Confie nele. Entregue a Ele sua vida.** Como diz a Escritura: **"Crê no Senhor Jesus e serás salvo"** (Atos 16.31)**.** Rev. Osvaldo Costa Lage - Pastor da Igreja Presbiteriana Ebenézer – Mariana/MG

LEVA TEMPO PARA CAIR A FICHA

Antoniomar Lima

Professor, Cronista e Poeta Graduado em letras (licenciatura em Língua Portuguesa pela UFOP)



Sei que é um assunto chato e repetitivo, mas a morte é algo que nos remete a muitas reflexões sobre a nossa existência sobre a face da terra.

Esse ano perdi alguns amigos que moravam distantes, amigos de infância e outros, de perto, que conheci depois de adulto; que conhecemos pelo mundo como oportunamente dizemos.

Quando recebemos uma notícia dessa, de certo modo, sentimos um misto de tristeza e saudade, pois, nessa hora, muitas imagens e lembranças acodem nossa memória, sentimos como que um calafrio nos ossos, afinal de contas, foram pessoas que fizeram parte de algum momento da nossa história assim como nós das delas.

Comumente essa notícia chega de chofre, pois sabemos da realidade e da nossa condição humana, mas na verdade nem os que se foram e os que ficaram esperam.

Isto é, não estamos preparados, digamos assim, para esse tipo de situação e leva tempo para a ficha cair, pois na hora do choque inicial a tristeza toma conta da gente e só com o tempo, vem a saudade.

Sempre que sinto o impacto dessa notícia de imediato vem-me à lembrança um pensamento do filósofo grego Aristóteles que dizia que a morte não existe. Creio, aliás, que já expus esse pensamento em alguma crônica anterior.

A argumentação de Aristóteles - direi com as minhas próprias palavras - era a seguinte: *"Quando estamos vivos não acreditamos que morreremos, e quando morremos não temos consciência da morte."*

Não sei o que ele diria hoje, se continuava crendo nesse pensamento ou se mudaria de ideia, enfim, tal jamais saberemos. Digo isso pelas controvérsias que esse pensamento suscita, ou possa vir a suscitar.

Por outro lado, sabemos que mesmo tendo controvérsias ou não, que cada leitor(a) argumenta da forma que achar melhor. Afinal de contas, se há uma certeza nessa vida indubitavelmente é a existência da morte. Mas toda palavra ou pensamento que carregue consigo uma forma qualquer de consolação é sempre bem vinda nessa hora.

E, nessa hora, tudo que podemos desejar aos que se vão, pelo menos, em nosso íntimo, é que descansem em paz; e aos que ficam, que Deus cubra com a certeira e necessária consolação. Assim seja!

Fundação Aleijadinho abre inscrições para novo ciclo do projeto Viver em Movimento em Ouro Preto

Iniciativa oferece oficinas gratuitas de música e teatro, costura criativa e letramento digital para pessoas com 60 anos ou mais, com atividades em diferentes localidades do município.







A Fundação Aleijadinho inicia, em novembro, um novo ciclo de atividades do projeto Viver em Movimento – Ano II, voltado a pessoas com 60 anos ou mais. A iniciativa oferece oficinas de música e teatro, costura criativa e letramento digital, com atividades distribuídas em diferentes localidades de Ouro Preto.

O projeto tem como objetivo ampliar as oportunidades de aprendizado, estimular a criatividade, facilitar o acesso às tecnologias e fortalecer os vínculos sociais. A proposta busca contribuir para a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar da população idosa, por meio de experiências educativas e de convivência.

A programação começa no dia 23 de novembro, com a oficina de letramento digital, realizada às segundas e terças-feiras, das 13h às 17h, na sede da Fundação Aleijadinho, em Saramenha.

No dia 24 de novembro, terão início as oficinas de música e teatro, no Clube da Terceira Idade, em Cachoeira do Campo. As atividades serão oferecidas em dois períodos: pela manhã, das 8h às 12h, e à tarde, das 13h às 17h.

Já a oficina de costura criativa começa no dia 25 de novembro, com encontros às quartas e quintas-feiras, das 8h às 12h, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Cristóvão.

O Viver em Movimento integra as ações da Fundação Aleijadinho destinadas à promoção do desenvolvimento socioeducativo e da inclusão social. A iniciativa reconhece a importância de oferecer espaços de participação, convivência e desenvolvimento de habilidades em todas as etapas da vida.

Informações e inscrições

Mais informações sobre o projeto e as inscrições podem ser obtidas pelo WhatsApp da Fundação Aleijadinho: (31) 98978-3619.

Novo decreto reforça direitos do consumidor e obriga empresas a oferecer atendimento humano nos SACs

Medida em vigor desde 2 de novembro estabelece atendimento por pessoas em horários determinados, limita o tempo de espera, facilita o cancelamento de serviços e exige canais digitais disponíveis 24 horas.



Entrou em vigor na segunda-feira (2) o Decreto nº 13.135, que estabelece novas obrigações para os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SACs) e amplia as garantias aos clientes de empresas reguladas pelo governo federal. Entre as principais mudanças estão a obrigatoriedade de atendimento humano, a redução do tempo de espera, a oferta de canais digitais ininterruptos e a simplificação dos procedimentos de cancelamento de serviços.

Publicado em 13 de outubro, o decreto tem como objetivo melhorar a qualidade do atendimento, assegurar o acesso a informações sobre produtos e serviços contratados e tornar mais eficiente a resolução das demandas dos consumidores.

A regulamentação abrange fornecedores de produtos e serviços submetidos à regulação do Poder Executivo Federal, além de empresas que oferecem serviços financeiros, de pagamento e crédito sujeitos à supervisão do Banco Central.

Uma das principais determinações é a obrigatoriedade de atendimento humano das 8h às 20h, inclusive aos sábados, domingos e feriados, tanto por telefone quanto pelos canais eletrônicos. As empresas poderão utilizar inteligência artificial e sistemas automatizados para auxiliar no atendimento, desde que essas ferramentas não dificultem o acesso a um profissional.

Outra exigência é a manutenção de pelo menos um canal digital funcionando 24 horas por dia, durante todos os dias da semana.

Tempo de espera e resolução das demandas

O decreto também estabelece limites para o atendimento telefônico. Em pelo menos 80% das solicitações, o consumidor deverá conseguir contato direto com um atendente em até 20 segundos. Nos demais casos, o tempo máximo de espera será de cinco minutos, respeitadas as regras específicas dos órgãos reguladores.

Se a ligação cair antes da conclusão do atendimento, a empresa deverá retornar o contato em até cinco minutos, sem obrigar o consumidor a repetir as informações já fornecidas.

A norma limita ainda a cinco os níveis de encaminhamento durante o atendimento e proíbe a veiculação de publicidade enquanto o cliente aguarda na linha. Também determina que o serviço seja gratuito e que o acesso inicial ao SAC ou a um atendente humano não dependa do fornecimento prévio de CPF, número de contrato ou outros dados pessoais.

As demandas não urgentes deverão receber resposta conclusiva em até sete dias corridos. Já as situações que envolvam riscos relevantes terão prioridade e deverão ser atendidas imediatamente, conforme critérios definidos pelos órgãos reguladores.

Cancelamento deverá ser facilitado

Outra mudança importante diz respeito ao cancelamento de produtos e serviços. A opção deverá estar disponível em todos os níveis de atendimento do SAC, inclusive no primeiro, e em todos os canais utilizados pela empresa para a contratação.

O consumidor não poderá ser transferido para outro menu, atendente ou canal para concluir o cancelamento. O pedido deverá produzir efeitos imediatos, salvo quando houver necessidade de processamento técnico devidamente justificada.

As empresas também terão de informar antecipadamente sobre eventuais multas ou custos decorrentes do encerramento do contrato.

Acessibilidade e acesso ao histórico

O decreto prevê atendimento prioritário e adequado às pessoas idosas, além de exigir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência nos canais de atendimento.

Os consumidores também terão direito de solicitar gratuitamente o histórico de suas demandas, que deverá ser disponibilizado em até cinco dias úteis.

As gravações das ligações telefônicas e as mensagens trocadas nos canais de atendimento deverão ser armazenadas pelas empresas por, no mínimo, 90 dias.

Com as novas exigências, o governo federal busca reduzir obstáculos no relacionamento entre consumidores e fornecedores, ampliar a transparência e garantir maior agilidade na solução de problemas e no exercício dos direitos dos clientes.

Mariana recebe novo equipamento para reforçar a estrutura da rede municipal de saúde

Aquisição foi viabilizada por meio de recursos destinados pela deputada estadual Carol Caram, a partir de articulação do vereador Ediraldo Ramos (Pinico), e representa mais um investimento na melhoria dos serviços de saúde oferecidos à população.

A rede municipal de saúde de Mariana recebeu um novo equipamento adquirido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega foi confirmada durante encontro entre o vereador Ediraldo Ramos, conhecido como Pinico, e a secretária municipal de Saúde, Marilene Romão.

A aquisição foi viabilizada por meio de recursos destinados pela deputada estadual Carol Caram, resultado da articulação do vereador junto à parlamentar para ampliar os investimentos na estrutura de atendimento do município.

A chegada do equipamento representa mais um aporte para o fortalecimento da saúde pública municipal, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho das equipes e para a qualificação dos serviços disponibilizados à população.



A iniciativa também evidencia a importância da articulação entre o Legislativo municipal, representantes estaduais e a administração pública na busca por recursos e investimentos destinados às demandas da cidade.

A expectativa é que o novo equipamento contribua para ampliar a capacidade de atendimento da rede municipal, reforçando a estrutura dos serviços de saúde e beneficiando os usuários do sistema público em Mariana.





Natal de Luz 2026 valoriza tradição das Folias de Reis e celebra a cultura popular de Mariana

Com o tema "A festa do Menino Jesus", programação começa em 6 de novembro, com o acendimento das luzes natalinas, e presta homenagem às manifestações culturais que preservam a identidade e a memória das comunidades rurais do município.



O Natal de Luz de Mariana 2026 terá como principal inspiração uma das mais tradicionais manifestações da cultura popular mineira: as Folias de Reis. Com o tema "A festa do Menino Jesus", a celebração começa no dia 6 de novembro, com a inauguração da iluminação natalina, e propõe valorizar as tradições religiosas e culturais que permanecem vivas nas comunidades rurais do município.

Uma das iniciativas mais aguardadas do calendário cultural da Primaz de Minas, o Natal de Luz reúne decoração temática, iluminação especial e atividades culturais. Neste ano, a proposta é destacar a história e a identidade local, dando visibilidade aos grupos de Folia de Reis que, há décadas, mantêm viva essa manifestação da religiosidade popular.

A iluminação permanecerá instalada até 6 de janeiro em alguns dos principais cartões-postais da cidade, entre eles a Praça Gomes Freire, a Praça da Sé e a Praça Minas Gerais. A programação também contará com diversas atrações culturais, previstas para começar em dezembro. Os detalhes serão divulgados pela organização nos próximos dias.

A edição de 2026 mantém a identidade apresentada no ano anterior, com a marca "Tradição que brilha", reforçando a proposta de construir uma celebração que valorize as raízes culturais de Mariana, em contraponto a modelos predominantemente comerciais e midiáticos de festividades natalinas.

Folias de Reis preservam a memória e a religiosidade popular

De origem ibérica, as Folias de Reis estão entre as manifestações mais representativas do catolicismo popular em Minas Gerais. Ao longo da história, mesmo diante de períodos de rejeição e restrições, a tradição encontrou nas comunidades rurais um espaço de resistência e preservação, consolidando-se como parte importante da memória cultural brasileira.

Em Mariana, diversos grupos permanecem em atividade, especialmente nas comunidades de Paracatu de Baixo, Campinas, Pedras e Cuiabá.

Formadas por cantadores e tocadores, as comitivas percorrem comunidades vizinhas entre os dias 26 de dezembro e 6 de janeiro, data em que a Igreja Católica celebra a Epifania do Senhor, em referência à visita dos Reis Magos ao Menino Jesus. Durante as jornadas, os integrantes apresentam cânticos tradicionais e recolhem contribuições destinadas à realização das festividades.

A importância dessa manifestação cultural também é reconhecida institucionalmente. Os grupos de Folia de Reis de Mariana são certificados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) como patrimônio cultural de Minas Gerais.

Acendimento das luzes será no dia 6 de novembro

A abertura oficial do Natal de Luz 2026 será realizada na sexta-feira, 6 de novembro, a partir das 19h, com o acendimento da iluminação natalina.

A celebração contará com um cortejo que sairá da sede da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, localizada na Rua Direita, em direção ao Jardim, marcando o início das festividades.

Já a programação cultural terá início em dezembro, com atrações que serão anunciadas posteriormente.

Ao colocar as Folias de Reis no centro da temática natalina, Mariana busca transformar a celebração em um momento de valorização de suas próprias tradições, reconhecendo o papel das comunidades rurais na preservação de um patrimônio cultural que atravessa gerações.

DOCE INFORMAÇÃO, DIREITO EM AÇÃO

Os alunos do curso de Direito da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Mariana (FUPAC-Mariana) deram início às ações do projeto de extensão "Doce Informação, Direito em Ação", vinculado ao Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC).

A iniciativa busca levar orientações jurídicas de forma simples e acessíveis à população. A ação está acontecendo em parceria com o comércio local de Mariana e Ouro Preto, nos quais os informativos são entregues diretamente nas sacolas de delivery e no balcão aos clientes.

Nesse primeiro ciclo, os temas abordados envolveram a conscientização como primeiro passo para garantir direitos, prevenir doenças e salvar vidas, abordando o Outubro Rosa e Novembro Azul e os direitos correlatos da população. Assim, o projeto de extensão une o aprendizado prático da faculdade com o compromisso social, facilitando o acesso da população à informação de um jeito mais leve e descomplicado.

Texto elaborado pela aluna extensionista do curso de Direito da FUPAC-Mariana, Bruna Mariane Martins Figueiredo









EXCLUSIVO

CURSO DE DIREITO DA FUPAC-MARIANA É DESTAQUE EM AVALIAÇÕES DO INEP/MEC!

SOMOS DESTAQUE

EM TODAS AS AVALIAÇÕES DO INEP/MEC!

ENADE
NOTA 4
(Pela 3ª edição seguida) - 16ª melhor nota entre as instituições da rede privada em Minas Gerais. No ranking nacional, estamos entre as 180 melhores do país.

IDD
NOTA 5
Nota máxima, entre as 57 melhores do país (de 1258 analisadas) - o melhor da região entre instituições públicas e privadas.

CPC E C.I
NOTA 4
Em ambos os índices, alcançamos nota 4, em uma escala de 1 a 5, segundo dados das avaliações atuais.



Entre em contato
(31) 3557-2933
(31) 98829-3696
Rua Antônio Alves, 78, São Cristóvão - Mariana.
fupacmariana

WWW.FUPACMARIANA.COM.BR

Horóscopo da Semana

De 01 a 07 de Novembro

Confira as previsões para o seu signo:

ÁRIES
Semana de foco e atitude! Você estará mais determinado para correr atrás dos seus objetivos.

TOURO
Valorize o que tem e cuide do seu bem-estar. No amor, o diálogo será essencial.

GÊMEOS
Novas ideias e boas conversas marcam a semana. Aproveite para se conectar com as pessoas.

CÂNCER
Sensibilidade em alta! Confie na sua intuição e cuide de quem você ama.

LEÃO
Brilhe ainda mais! A semana favorece o sucesso e o reconhecimento.

VIRGEM
Organização será a chave. Coloque a vida em ordem e evite se sobrecarregar.

LIBRA
Equilíbrio em todas as áreas. Busque harmonia e faça boas escolhas.

ESCORPIÃO
Transformações à vista! É um bom momento para deixar o passado para trás.

SAGITÁRIO
Aventura e expansão de horizontes! Planeje novas conquistas e siga em frente.

CAPRICÓRNIO
Disciplina e persistência trazem bons resultados. Mantenha o foco nos seus planos.

AQUÁRIO
Criatividade e liberdade marcam a semana. Compartilhe suas ideias e experimente o novo.

PEIXES
Intuição ainda mais forte. Confie nos seus sentimentos e siga o que te faz bem.

Que seja uma semana incrível!

JORNAL Panfletu's

